

Ilhéus dos Açores Conservação e valorização



ANA ISABEL NETO
PROFESSORA
UNIVERSITÁRIA

● Os ilhéus de Vila Franca e Mosteiros são alvo de investigação com o objectivo de desenvolver planos de monitorização que permitam a respectiva conservação e valorização

A figura da Gestão Ambiental começou a ganhar importância na década de 70 do século passado. Depois da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, que decorreu em Estocolmo em 1972, desenvolveu-se o interesse pelo planeamento e gestão ambiental, com o objectivo de conservar e proteger os habitats e as comunidades biológicas. Uma das consequências foi a elaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Estas medidas levaram ao aparecimento de Ministérios, Secretarias e Agências para o Ambiente em grande parte dos países industrializados. A consciencialização ambiental foi gradualmente ganhando força e, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que decorreu no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Cimeira do Rio, foi reconhecida a importância da gestão ambiental a nível intergovernamental e definiram-se objectivos ao nível da gestão dos recursos naturais, energia e desenvolvimento sustentado. Estavam lançadas as bases para a criação de planos de gestão para áreas protegidas. Actualmente a criação destes planos é prática corrente e existem guias para a respectiva estruturação e definição das prioridades.

A conservação e manutenção de uma área protegida, para ser eficiente, requer a existência de um consenso alargado entre as várias partes interessadas (e.g. organizações não governamentais de protecção do ambiente, órgãos do governo, utilizadores da área balnear, pescadores, operadores turísticos, comunidade científica, entre outros) e depende de vários factores. De entre os factores que mais contribuem para uma gestão eficiente de qualquer área com estatuto de protecção, destaca-se o conhecimento aprofundado das suas características geológicas, biológicas e do estado de saúde das comunidades. O processo de decisão não pode, nem deve, basear-se em conhecimento empírico. Uma conservação eficiente requer uma caracterização inicial da situação de referência seguida da adopção de uma prática de avaliação periódica. Para tal, e consoante o que se pretende avaliar, devem desenvolver-se planos de monitorização (vigilância) com indicadores específicos que podem ser físicos, químicos,



● Ilhéu de Vila Franca do Campo, a primeira área marinha protegida de São Miguel

● Monitorizar é essencial para a avaliação de mudanças na biodiversidade e no meio envolvente

biológicos, geológicos, ou outros. Estes planos geram informação temporal actualizada, que permite avaliar mudanças na biodiversidade e no meio envolvente, sustentando os modelos necessários para prever a evolução das áreas protegidas. Estes aspectos

Ilhéu de Vila Franca do Campo: o que monitorizar e como fazê-lo?

Recentemente desenvolvida no âmbito do projecto Gesmar, a proposta de plano de monitorização para o Ilhéu de Vila Franca do Campo, prevê o levantamento da informação relativa aos substratos e batimetrias, complementada com dados qualitativos e quantitativos dos organismos e posterior cartografia em Sistema de Informação Geográfica. O plano, para além de permitir a monitorização ambiental do ilhéu, tem ainda a função de garantir o aumento do conhecimento científico desta área protegida. ◆

tos são de primordial importância para a actuação da entidade gestora.

O projecto Europeu Gesmar “Estratégia para o ordenamento e gestão integrada do litoral e meio marinho da Macaronésia: acções de revalorização e conservação dos seus recursos” surge com o objectivo de efectuar a caracterização de base, necessária ao desenvolvimento de planos de monitorização para áreas marinhas protegidas nos vários arquipélagos macaronésicos. Nos Açores este projecto está a ser desenvolvido pelo Grupo de Biologia Marinha do Departamento de Biologia da Universidade dos Açores e tem como principal objectivo o estudo dos ilhéus costeiros da ilha de São Miguel.

O ilhéu de Vila Franca do Campo foi a primeira área marinha protegida de São Miguel, recebendo a classificação de Parque Natural em 1983 (Decreto Regulamentar Regional nº 3/83/A). Em 2004, aquando da sua reclassificação (Decreto Legislativo Regional nº 22/2004/A), manteve a área terrestre anteriormente classificada mas sofreu um aumento dos limites da sua área marinha que passaram a

estender-se até uma distância média de 350 m lineares (aproximadamente 0,19 milhas náuticas) da costa do ilhéu. Em 2007 esta Reserva Natural Regional foi integrada na Rede Regional de Áreas Protegidas (Decreto Legislativo Regional nº 15/2007/A). Em 2008, com a criação do Parque Natural da Ilha de São Miguel (Decreto Legislativo Regional nº 19/2008/A), o ilhéu de Vila Franca foi reclassificado como Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies e os ilhéus dos Mosteiros integrados na Área Protegida para Gestão de Recursos da Ponta da Ferraria-Ponta da Bretanha.

A falta de informação sobre as comunidades biológicas destas duas áreas protegidas constitui a maior dificuldade para a implementação de qualquer linha de orientação para a sua conservação. A investigação em curso pretende colmatar essa lacuna através da recolha de dados das componentes biótica e abiótica dos ilhéus em questão e áreas envolventes, que permitam efectuar a caracterização dos biótopos ali existentes e que forneçam informação sobre a estrutura das comunidades e populações. ◆

Biótopos litorais dos Açores

O “Guia para a Definição de Biótopos Costeiros em Ilhas Oceânicas” da autoria de Francisco Wallenstein, Ana I. Neto, Nuno V. Álvaro, Ian Tittley e José M. N. Azevedo, publicado em 2009, descreve costas rochosas dos Açores e as comunidades algais a elas associadas. A informação de base é complementada com a apresentação de metodologias para a classificação e caracterização de biótopos e a sua aplicação à gestão de conservação. ◆